PREGÃO ELETRÔNICO
24/2026

CONTRATANTE
Município de Brazabrantes

OBJETO

Registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos da farmácia básica, de uso geral, especial e controlados, materiais hospitalares , para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Brazabrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO ESTIMADO

R$ 4.421.989,75 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 14 de setembro às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço **por item**

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO 3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . 77.

DA FASE DE JULGAMENTO 9
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO 11
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 13
11. DOS RECURSOS 14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 17
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 17

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

(Processo Administrativo n°.24/2026)

Torna-se público que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da Agente de Contratação, sediado(a) Avenida Aureliano Caetano Machado, 713, Centro, Brazabrantes, CEP: 75.440-000, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, plataforma: https://licitanet.com.br, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 175 e 176, de 27 de dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos da farmácia básica, de uso geral, especial e controlados, materiais hospitalares , para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Brazabrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados no ramo do objeto a ser licitado.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenadajudicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público doórgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou

representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou opercentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 9.8.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos IIIe IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da PrevidênciaSocial, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos noartigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Leinº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n. 039/2023 e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação antecederas fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação

anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos dehabilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e dafase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, eo intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios dianteda inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo *respeitar o mínimo de 100%*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer *proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

5.2.2. Para a proposta dos valores devem ser considerados preços com 03 (três) casas decimais após a vírgula;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)**dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso,anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistemaeletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura dasessão

e as regras estabelecidas no Edital.

7.1. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R$ 0,01 (um centavo)*.

7.3. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.4. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.

7.5. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração dasessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.5.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.5.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido eregistrado em primeiro lugar.

7.8. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor domenor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44

e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fasefechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto noart. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em atocontínuo à classificação;

7.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente detrabalho, conforme regulamento;

7.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos decontrole.

7.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidosou prestados por:

.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;

.2.2. Empresas brasileiras;

.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.13.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembrode 2009.

7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.14.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.14.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.15. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros e:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018,art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item4.5 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 28 a 34 do Decreto Municipal n. 175/2023.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Contiver vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde queinsanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 40%(quarenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro,que comprove:

8.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.9.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo mostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada pelo agente de contratação ou equipe de apoio.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação fiscal, social e trabalhista será verificada por meio do envio dos documentos elencados no artigo 68 da Lei 14.133/2021 que são:

I – comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da PessoaJurídica (CNPJ);

II – comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – certidão de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante,ou outra equivalente, na forma da lei;

IV – certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dosencargos sociais instituídos por lei;

V – certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

VII – Contrato Social ou documento equivalente de constituição;

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no item 9.7 serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.9. A exigência dos documentos constantes no item 9.7 somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bemclassificado.

9.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.8.1.

9.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art.4º do Decreto nº 8.538/2015).

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez)

dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.8. 22.5 O vencedor de cada item deverá apresentar no ato da entrega os seguintes documentos que o produto exigir:

10.9. 22.5.1 Resolução ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) que concedeu o registro do produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

10.10. 22.5.1.1 Caso o prazo de garantia do registro esteja vencido, a licitante deverá encaminhar Certificado de Registro ou publicação no Diário Oficial da União (DOU) acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado do semestre anterior ao da garantia, na forma do art.14, §6º, do Decreto Federal nº 79.094/1977;

10.11. 22.5.2 Caso o produto esteja dispensado de registro, a licitante deverá encaminhar Declaração de Notificação de Dispensa de Registro ou Certificado de Dispensa de Registro, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, ou outro documento oficial apto a comprovar a dispensa do registro, ficando a cargo da licitante a comprovação de que o produto não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.

10.12. 22.5.3 Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA;

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 26 e art. 27 do Decreto Municipal nº 174/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

2.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

2.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavraturada ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, oprazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

2.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

2.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias

úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.brazabrantes.go.gov.br

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documentoque tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a propostaem especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quandoconvocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ouretirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsadurante a licitação

13.1.5. Fraudar a licitação

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientaçõesdos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado,recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15%do valor docontrato licitado.

13.4.2. 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, emdecorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º do Decreto Municipal n. 175/2023.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o

recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decididono prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: E-mail: ~~licitabrazabrantes@gmail.com~~

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivadapelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir- se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.brazabrantes.go.gov.br

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta

15.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Cumprimento ao Requisito de Habilitação

15.11.4. ANEXO IV – Declaração Art. 7º, XXXIII, Da Constituição Da República

15.11.5. ANEXO V – Declaração De Fato Superveniente Impeditivo À Habilitação

15.11.6. ANEXO VI - Modelo De Declaração De Enquadramento Como Microempresas E Empresas DePequeno Porte

Brazabrantes, 26 de agosto de 2026.

Ângela Stival Leal

Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
COMPRAS – CONTRATAÇÃO DIRETA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

O presente Termo de Referência tem como objeto Registro de preço para contratação de empresa especializada no fornecimento de medicamentos da farmácia básica, de uso geral, especial e controlados, materiais hospitalares , para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde do município de Brazabrantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

LOTE: 1 - ÚNICO					
SEQ	PRODUTO	UN	VALOR REFERÊNCIA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	FORMOLA 10%	UND	22,8100	1.000,0000	22.810,0000
2	ÁCIDO VALPROICO/VALPROATO DE SÓDIO 250 MG/5 ML 1000 ML	FR	8,8800	12.000,0000	106.560,0000
3	ÁCIDO VALPROICO 250 MG	CP	0,3200	24.000,0000	7.680,0000
4	ÁCIDO VALPROICO 500 MG	CP	0,9600	24.000,0000	23.040,0000
5	ACEBROFILINA 10MG/ML XPE PL 120MLADULTO	FR	9,2800	4.800,0000	44.544,0000
6	ACEBROFILINA 5MG/ML XPE PL 120ML INFANTIL	FR	7,9200	4.800,0000	38.016,0000
7	ÁCIDO ACETIL SALICÍLICO 100MG	CP	0,0600	36.000,0000	2.160,0000
8	ÁCIDO FÓLICO 0,2 MG/ML	FR	5,6400	2.400,0000	13.536,0000
9	ALBENDAZOL 400MG	CP	0,7100	12.000,0000	8.520,0000
10	AMINOFILINA 100 MG	CP	0,1100	12.000,0000	1.320,0000
11	AMBROXOLAD. 30MG/5MG FRS 120 ML	FR	8,0900	4.800,0000	38.832,0000
12	AMBROXOL INF. 15MG/5MG FRS 120 ML	FR	7,5200	4.800,0000	36.096,0000
13	AMOXICILINA 250MG/5ML, SUSPENSÃO ORAL- FRASCO 150ML	FR	5,8000	4.800,0000	27.840,0000
14	AMOXICILINA 250MG/5ML, SUSPENSÃO ORAL- FRASCO 60ML	FR	5,8500	4.800,0000	28.080,0000
15	AMOXILINA + CLAVULANATO 500 MG +125MG	CP	1,1000	60.000,0000	66.000,0000
16	AMOXICILINA+CLAV ULANATO 875+125 MG	CP	2,9800	60.000,0000	178.800,0000
17	ATENOLOL 25MG	CP	0,0700	24.000,0000	1.680,0000
18	BIPERIRIDENO 2MG	CP	0,5200	24.000,0000	12.480,0000
19	BROMOPRIDA 10MG	CP	0,2400	12.000,0000	2.880,0000
20	BROMAZEPAM 3 MG	CP	0,1400	24.000,0000	3.360,0000
21	BROMAZEPAM 6 MG	CP	0,2900	24.000,0000	6.960,0000
22	CARVEDILOL 6,25 MG	CP	0,1300	25.000,0000	3.250,0000
23	CARVEDILOL 25 MG	CP	0,1700	25.000,0000	4.250,0000
24	CAPTOPRIL 50MG	CP	0,1000	24.000,0000	2.400,0000
25	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML 100 ML	FR	11,0600	4.800,0000	53.088,0000
26	CEFALEXINA 250MG/5ML 100 ML	FR	15,1900	2.400,0000	36.456,0000
27	CEFALEXINA 500MG	CP	0,9200	12.000,0000	11.040,0000
28	CETOCONAZOL 20 MG/G + 0,5 MG/G CREME 30G	UND	6,7900	6.000,0000	40.740,0000
29	CETOCONAZOL 200MG	CP	0,5800	24.000,0000	13.920,0000
30	CETOCONAZOL 20MG CREME 30G	UND	6,2400	4.800,0000	29.952,0000
31	CIPROFLOXACINO 500MG	CP	0,4000	20.000,0000	8.000,0000
32	CLONAZEPAM 2MG	CP	0,0800	80.000,0000	6.400,0000

33	CLORIDRATO DE AMIODARONA 100MG	CP	0,5800	24.000,0000	13.920,0000
34	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	CP	0,5400	24.000,0000	12.960,0000
35	CLORIDRATO FLUOXETINA 20MG	CP	0,1800	60.000,0000	10.800,0000
36	CLORIDRATO HIDROXIZINA 2MG/ML 100 ML	FR	7,0000	4.800,0000	33.600,0000
37	CLORIDRATO METFORMINA 850MG	CP	0,2400	60.000,0000	14.400,0000
38	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	CP	1,7100	16.000,0000	27.360,0000
39	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75 MG	CP	1,2300	16.000,0000	19.680,0000
40	CLORIDRATO PROPRANOLOL 40MG	CP	0,1000	36.000,0000	3.600,0000
41	DEXAMETASONA 0,1MG/ML 120 ML ELIXIR FRASCO	FR	3,5200	4.800,0000	16.896,000 0
42	DEXAMETASONA 1 MG/G CREME 10G	UND	3,5000	4.800,0000	16.800,0000
43	DIPIRONA 500MG	CP	0,1800	100.000,0000	18.000,0000
44	ENALAPRIL, MALEATO 10MG	CP	0,0700	36.000,0000	2.520,0000
45	FLUCONAZOL 150MG	CP	0,7300	36.000,0000	26.280,0000
46	FLUOXETINA 20MG	CP	0,1900	60.000,0000	11.400,0000
47	GLIBENCLAMIDA 5MG	CP	0,0700	36.000,0000	2.520,0000
48	IBUPROFENO SOLUÇÃO ORAL 100MG/ML FRASCO 20ML	FR	5,0400	4.800,0000	24.192,0000
49	ISOSSORBIDA 5MG	CP	0,5200	24.000,0000	12.480,0000
50	LOSARTANA POTASSIO 50MG	CP	0,1200	36.000,0000	4.320,0000
51	METILDOPA 500MG	CP	1,7300	24.000,0000	41.520,0000
52	METRONIDAZOL 400MG	CP	0,4300	24.000,0000	10.320,0000
53	MESILATO DE DOXAZOZINA 2 MG	CP	0,1600	10.000,0000	1.600,0000
54	MESILATO DE DOXAZOZINA 4 MG	CP	0,2300	10.000,0000	2.300,0000
55	MICONAZOL 20MG/G CREME DERMATOLÓGICO 28G	UND	4,5900	4.800,0000	22.032,0000
56	NIFEDIPINA 20MG	CP	0,1100	36.000,0000	3.960,0000
57	NIMESULIDA 100MG	CP	0,2900	36.000,0000	10.440,0000
58	NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL COM 20MG/G (80 G)	UND	13,7800	6.000,0000	82.680,0000
59	OMEPRAZOL 40MG	CP	0,2900	60.000,0000	17.400,0000
60	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS FRASCO 15ML	FR	1,9900	6.000,0000	11.940,0000
61	PERMETRINA 10 MG.G5%	FR	7,0000	1.000,0000	7.000,0000
62	PERMETRINA 10 MG/G 1%	FR	3,5000	1.000,0000	3.500,0000
63	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICANTE	UND	0,6200	24.000,0000	14.880,0000
64	RISPERIDONA 1 MG	CP	0,2600	24.000,0000	6.240,0000
65	RISPERIDONA 2 MG	CP	0,2800	24.000,0000	6.720,0000
66	RISPERIDONA 3 MG	CP	0,3000	24.000,0000	7.200,0000
67	SINVASTATINA 10MG	CP	0,1000	36.000,0000	3.600,0000
68	SINVASTATINA 20MG	CP	0,0600	36.000,0000	2.160,0000
69	SINVASTATINA 40MG	CP	0,2900	36.000,0000	10.440,0000
70	SUCCINATO DE METROPOLOL 50 MG	CP	0,7700	15.000,0000	11.550,0000
71	SUCCINATO DE METOPROLOL 100 MG	CP	1,5200	15.000,0000	22.800,0000
72	SIMETICONA 75MG/ML	FR	1,9900	8.000,0000	15.920,0000
73	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPINA 80MG	CP	0,2900	24.000,0000	6.960,0000
74	SULFAMETOXAZOL 800MG + TRIMETOPINA 160MG	CP	0,8400	24.000,0000	20.160,0000
75	SULFATO FERROSO 25MG/ML 100ML XAROPE	FR	1,9700	6.000,0000	11.820,0000
76	SULFATO FERROSO 5MG/ML 100ML XAROPE	FR	1,9700	36.000,0000	70.920,0000
77	VALPROATO DE SÓDIO 500MG	CP	1,3600	36.000,0000	48.960,0000
78	VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML XAROPE	FR	9,5200	2.400,0000	22.848,0000
79	ACESSO CENTRAL (CATETER P/SUBCLAVIA 4FRX13CM)	UNIDADE	137,4000	30,0000	4.122,0000
80	AMINOFILINA 240MG 10ML	AMPOLAS	2,5500	1.000,0000	2.550,0000
81	AMIODARONA 50 MG/ML 3ML	AMPOLAS	4,5800	5.000,0000	22.900,0000
82	AMPICILINA 1G PO INJ AMP	AMPOLA	5,7800	3.000,0000	17.340,0000
83	ATROPINA 1% 5ML SOLUÇÃO OFTALMICA	FRASCO	17,0600	100,0000	1.706,0000
84	BENZILPENICILINA 600.00UI PO PARA SOLUÇÃO INJ	AMPOLA	9,3200	5.000,0000	46.600,0000
85	BENZILPENICILINA PROCAINA + PENICILINA POTASSICA 300.000 UI + 100.000 UI	AMPOLA	8,7800	2.500,0000	21.950,0000

86	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10 ML	AMPOLA	1,2000	400,0000	480,0000
87	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG/ML GTS. 20ML	FRASCO	4,0000	100,0000	400,0000
88	CIMETIDINA 150MG/ML 2ML	AMPOLA	1,5500	6.000,0000	9.300,000 0
89	CITONEURIN 5000 MCG 1ML	AMPOLA	13,4300	2.000,0000	26.860,0000
90	CLONIDINA 0,100MG	COMPRIMIDO	0,4900	600,0000	294,0000
91	CLORETO DE POTASSIO 10% 10ML	AMPOLA	0,8800	2.000,0000	1.760,0000
92	CLOREXIDINA 2% ESCOVA DERGEMANTE	UNIDADE	2,8500	1.200,0000	3.420,0000
93	CLORIDRATO DE ESCETAMINA 50MG/ML 10 ML	FRASCO	119,8600	600,0000	71.916,0000
94	CLORIDRATO METOCLOPRAMIDA 5MG/2ML 2ML	AMPOLA	0,9100	5.000,0000	4.550,0000
95	CLORIDRATO PETIDINA (DOLOSAL) 50MG/ML SOL 2 ML	AMPOLA	2,6100	500,0000	1.305,0000
96	CLORIDRATO DE TIAMINA+ PIRIDOXINA+ CIANOCOBOLAMINA 100+100+5MG/ML	AMPOLAS	10,1000	200,0000	2.020,0000
97	DECANOATO DE HALOPERIDOL 70,52MG/ML 1ML INJ CX C/5 AMP	AMPOLAS	124,1100	400,0000	49.644,0000
98	DIAZEPAM 10MG 1ML INJ AMP	AMPOLA	1,3400	3.000,0000	4.020,0000
99	DIMENIDRINATO 3MG+ PIRIDOXINA 5MG+ GLICOSE 100MG+ FRUTOSE 100MG/ML10ML	AMPOLA	11,7200	6.000,0000	70.320,0000
100	DIMENIDRINATO 50MG + B6 50MG X 1ML	AMPOLA	6,1600	4.000,0000	24.640,0000
101	DIMENIDRATO DE ISOSSORBINA 5 MG	COMPRIMIDOS	0,5400	1.200,0000	648,0000
102	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISSÓSICO DE BETAMETASONA 0,5+2MG/ML	AMPOLA	5,3700	12.000,0000	64.440,0000
103	ENOXAPARINA 40MG/ML CX C/10 SERINGAS PRENCHIDAS	CAIXA	164,4000	100,0000	16.440,0000
104	ESCOPOLAMINA INJETAVEL 20MG/ML 2ML	AMPOLA	1,7800	4.000,0000	7.120,0000
105	ETILEFRIL 10MG/ML 1ML CX C/6 AMP	CAIXA	6,9000	50,0000	345,0000
106	FORMOL A 10% 1000ML	UNIDADE	19,1000	100,0000	1.910,0000
107	GENTAMICINA 40MGX1ML 1ML	AMPOLA	1,5100	3.000,0000	4.530,0000
108	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML 240ML	FRASCO	30,4800	400,0000	12.192,0000
109	LIDOCAINA GELEIA 2% TOP 3OG	UNIDADE	9,0200	300,0000	2.706,0000
110	LIDOCAINA SPRAY 10% 50ML	UNIDADE	76,3900	50,0000	3.819,5000
111	MANITOL INJ 20% 250ML	UNIDADE	12,8100	200,0000	2.562,0000
112	METILERGOMETRINA 0,2 MG/ML 1ML	AMPOLA	3,6900	500,0000	1.845,0000
113	NITROPRUSSIONATO DE SÓDIO 50 MG/ML 2 ML	AMPOLA	30,9200	150,0000	4.638,0000
114	OCITOCINA 5UI/ML 1ML	AMPOLA	4,8300	200,0000	966,0000
115	SOLUÇÃO GLICERINA 12 % 500ML (GLICEROL)	UNIDADE	20,3000	200,0000	4.060,0000
116	SULFADIAZINA DE PRATA CR PT 400G	UNIDADE	78,1000	100,0000	7.810,0000
117	SULFATO DE ATROPINA 0,25MG/ML 1ML	AMPOLA	5,9200	500,0000	2.960,0000
118	SULFATO DE TERBUTALINA 0,5MG/ML 1ML	AMPOLAS	1,9200	400,0000	768,0000
119	SUXAMETÔNIO 100MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	AMPOLA	20,0500	500,0000	10.025,0000
120	TENOXICAM 20 MG/ML 2 ML PÓ PARA SOLUÇÃO	AMPOLA	10,4600	5.000,0000	52.300,0000
121	VASELINA LIQUIDA 100% 1LT	UNIDADE	53,7700	20,0000	1.075,4000
122	VITAMINA K 10MG/ML 1ML (ESKAVIT)	AMPOLA	3,5100	500,0000	1.755,0000
123	AGULHA DESCARTAVEL HIPÓDERMICA 30X7 CX C/100 UND	CAIXA	8,9700	50,0000	448,5000
124	AGULHA DESCARTAVEL HIPÓDERMICA 30X8 CX C/100 UND	CAIXA	9,0700	100,0000	907,0000
125	ALCOOL ETILICO 70% 1000ML CX/12	CAIXA	83,2400	200,0000	16.648,0000
126	ALCOOL ETILICO 96% 1000ML	UNIDADE	10,0200	200,0000	2.004,0000
127	ALCOOL IODADO 1%	UNIDADE	16,1300	100,0000	1.613,0000
128	AMBU INFANTIL	UNIDADE	139,8800	20,0000	2.797,6000
129	APARELHO DE NEBULIZAÇÃO	UNIDADE	163,8300	50,0000	8.191,5000
130	APARELHO DE PRESSAO COM VELCRO INFANTIL COM ESTETO	UNIDADE	91,3400	50,0000	4.567,0000
131	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL/ AUTOMATICO DE BRAÇO ELÉTRICO	UNIDADE	169,3000	50,0000	8.465,0000
132	ATADURA CREPOM 13F 15CMX1,25CMPCT/12 UND	PACOTES	9,2600	3.000,0000	27.780,0000
133	ATADURA DE CREPRE 13 FIOS 30 CM COM 12	PACOTES	17,5900	3.000,0000	52.770,0000
134	ATADURA GESSADA 12CMX2MT	UNIDADE	28,1800	100,0000	2.818,000 0
135	CABO PARA BISTURI Nº3 13CM	UNIDADE	19,7100	5,0000	98,5500
136	CAMPO CIRÚRGICO ESTÉRIL TNT FENESTRADO 0,40M X 0,40M	UNIDADE	3,9300	200,0000	786,0000

137	CAMPO OPERATORIO 23X25 C/50UND	PACOTE	56,8800	200,0000	11.376,0000
138	CANULA DE GUEDEL EM PVC Nº05	UNIDADE	1,9900	50,0000	99,5000
139	CATETER INTRAVENOSO 14G	UNIDADE	0,9600	1.000,0000	960,0000
140	CATETER INTRAVENOSO 20G	UNIDADE	0,9800	15.000,0000	14.700,0000
141	CATGUT SIMPLES 2-0	CAIXAS	6,0500	30,0000	181,5000
142	CATGUT SIMPLES 3.0	ENVELOPE	6,0500	3.000,0000	18.150,0000
143	CATGUT SIMPLES 4.0	ENVELOPE	6,0500	3.000,0000	18.150,0000
144	CLORETO DE SODIO 0,9% 1000ML	UNIDADE	10,1700	500,0000	5.085,0000
145	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 100ML SIST. FECHADO	UNIDADE	4,5200	30.000,0000	135.600,0000
146	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 250ML SIST.FECHADO	UNIDADE	4,8400	22.000,0000	106.480,0000
147	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 500ML SIST.FECHADO	UNIDADE	6,4000	15.000,0000	96.000,0000
148	COLETOR DE URINA INFANTIL FEMININO	UNIDADE	0,5400	500,0000	270,0000
149	COLETOR DE URINA INFANTIL MASCULINO	UNIDADE	0,5400	500,0000	270,0000
150	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 2000ML	UNIDADE	3,2900	3.000,0000	9.870,0000
151	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO 2000ML	UNIDADE	4,5400	1.000,0000	4.540,0000
152	COLETOR MEDICAMENTOS VENCIDOS MOVEL-METALFARMA	UNIDADE	1.980,0000	10,0000	19.800,0000
153	COLETOR PERFUROCORTANTE 13 LITROS	UNIDADE	7,5200	500,0000	3.760,0000
154	COLETOR PERFUROCORTANTE 3 LITROS	UNIDADE	3,1000	150,0000	465,0000
155	COMADRE PA 40X30 CM 2000ML ESTERIL	UNIDADE	151,6800	50,0000	7.584,0000
156	COMPRESSA 11 FIOS 7,5X7,5 PACOTE COM 10	PACOTES	0,7800	200,0000	156,0000
157	COMPRESSA DE GAZE RAYON 7,5X7,5 COM 24UND	PACOTES	324,0000	2.000,0000	648.000,0000
158	CONJUNTO UMIDIFICADOR DE OXIGENIO	UNIDADE	57,1800	100,0000	5.718,0000
159	CUBA ULTRASSÔNICA BIVOLT CAPACIDADE 2,6 L	UNIDADE	1.422,0000	5,0000	7.110,0000
160	CURATIVO AQUACEL 10X10 COM 10UN	CAIXAS	109,2800	300,0000	32.784,0000
161	CURATIVO HIDRATANTE COM ALGINATO DE CALCIO E SÓDIO 85G (SAF GEL)	TUBO	67,6000	1.000,0000	67.600,0000
162	DETECTOR FETAL PORTATIL	UNIDADE	727,0000	25,0000	18.175,0000
163	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE 4 ENZIMAS GALÃO COM 05 LT	UNIDADE	118,3700	100,0000	11.837,0000
164	DETERGENTE MULTIENZIMATICO 1 LT	UNIDADE	46,9700	200,0000	9.394,0000
165	ESCOVA CERVICAL PCT C/ 100	PACOTE	37,9200	200,0000	7.584,0000
166	ESCOVA/ESPONJA C/PVPI UNID	UNIDADE	3,1000	500,0000	1.550,0000
167	ESPATULA DE AYRES PCT C/ 100	PACOTE	11,8500	1.000,0000	11.850,0000
168	FIO GUIA PARA INTRODUÇÃO DE SONDA ENDOTRAQUEAL ACO INOX	UNIDADE	20,4700	50,0000	1.023,5000
169	FITA INDICADORA P/AUTOCLAVE 19MMX30M	UNIDADE	5,6800	1.000,0000	5.680,0000
170	FITA MICROPORE 2,5CMX4,5	UNIDADE	3,4400	400,0000	1.376,0000
171	FRASCO COLETOR PORTA LAMINA	FRASCO	1,4800	4.000,0000	5.920,0000
172	GEL ANTISSEPTICO CLINIX 500ML	UNIDADE	10,9100	500,0000	5.455,0000
173	GEL P/ ULTRASSONOGRAFIA 1KG	UNIDADE	13,9500	250,0000	3.487,5000
174	GEL P/ULTRA-SOM 5KG	UNIDADE	44,4000	10,0000	444,0000
175	GORRO COM TIRAS DESCARTAVEIS COM 100	PACOTE	11,3800	200,0000	2.276,0000
176	IODO TOPICO 1000 ML	UNIDADE	42,5400	100,0000	4.254,0000
177	KIT CITOLOGIA 1 ESCOVA CERVICAL+ 1 ESPATATULA DE AYRE EM PLASTICO PCT C 100 UND-FARMACIA	PACOTES	1,1900	400,0000	476,0000
178	KIT PAPANICOLAU ESTÉRIL - (1 ESPÁTULA DE AYRES, 1 ESCOVA CERVICAL, 1 LÂMINA DE VIDRO, 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS E 1 ESPÉCULO TAMANHO: G)	UNIDADE	5,4800	600,0000	3.288,0000
179	KIT PAPANICOLAU ESTÉRIL - (1 ESPÁTULA DE AYRES, 1 ESCOVA CERVICAL, 1 LÂMINA DE VIDRO, 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS E 1 ESPÉCULO TAMANHO: M)	UNIDADE	5,4100	800,0000	4.328,000 0
180	KIT PAPANICOLAU ESTÉRIL - (1 ESPÁTULA DE AYRES, 1 ESCOVA CERVICAL, 1 LÂMINA DE VIDRO, 1 CAIXA PORTA-LÂMINAS E 1 ESPÉCULO TAMANHO: P)	UNIDADE	5,9300	800,0000	4.744,0000
181	LAMINA BISTURI CARBONO Nº16 CX C/ 100 -HOSPITAL	CAIXA	32,6700	40,0000	1.306,8000
182	LAMINA BISTURI CARBONO Nº20 CX C/ 100 -HOSPITAL	CAIXA	32,6700	40,0000	1.306,8000
183	LAMINA BISTURI CARBONO Nº23 CX C/ 100-HOSPITAL	CAIXA	32,6700	40,0000	1.306,8000
184	LAMINA BISTURI CARBONO Nº24 CX C/ 100-HOSPITAL	CAIXA	32,6700	40,0000	1.306,8000
185	LANCETA COM DISPARADOR 28G 1,8 MM COM 100 AUTOMATICA	CAIXAS	18,4100	300,0000	5.523,0000
186	LANCETAS CX C/200	CAIXAS	117,0200	100,0000	11.702,0000

187	LUVA CIRUGICA Nº6.0 PAR	PARES	1,7400	300,0000	522,0000
188	LUVA CIRUGICA Nº7.0 PAR	PARES	2,0500	300,0000	615,0000
189	LUVA PROC. VINIL TAM G CX C/100 UND-HOSPITAL	CAIXA	21,7500	150,0000	3.262,5000
190	LUVA PROC. VINIL TAM M CX C/100 UND-HOSPITAL	CAIXA	21,7500	200,0000	4.350,0000
191	LUVA PROC. VINIL TAM P CX C/100 UND-HOSPITAL	CAIXA	21,7500	150,0000	3.262,5000
192	MACACÃO IMPERMEAVEL	UNIDADE	31,1700	20,0000	623,4000
193	MASCARA DE ALTA CONCENTRAÇÃO C/ RESERVATORIO	UNIDADE	43,1600	50,0000	2.158,0000
194	MASCARA LARINGEA N 6	UNIDADE	36,4400	50,0000	1.822,0000
195	MASCARA LARINGEA N 7	UNIDADE	36,4400	50,0000	1.822,0000
196	MASCARA LARINGEA N 8	UNIDADE	36,4400	50,0000	1.822,0000
197	MASCARA N95 PFF2	UNIDADE	6,5000	1.000,0000	6.500,0000
198	MASCARA TRIPLA C/ELASTICO BRANCO CX C/100UND	CAIXA	6,1600	4.000,0000	24.640,0000
199	MICRONEBULIZADOR AD. COMPLETO (ROSCA)	UNIDADE	7,6800	100,0000	768,0000
200	MICRONEBULIZADOR INF. COMPLETO (ROSCA)	UNIDADE	7,6800	100,0000	768,0000
201	NYLON MON. PRETO 3-0 C/AG. II CX C/24 ENV	CAIXA	57,8700	120,0000	6.944,4000
202	NYLON MON. PRETO 4-0 C/AG. II CX C/24 ENV	CAIXA	57,8700	120,0000	6.944,4000
203	NYLON MON. PRETO 5-0 C/AG. II CX C/24 ENV	CAIXA	57,8700	50,0000	2.893,5000
204	OXIMETRO INFANTIL - HOSPITAL	UNIDADE	150,4000	50,0000	7.520,0000
205	PAPEL CREPADO BRANCO 120X120 CM COM 100 UNIDADES	CAIXA	436,4400	50,0000	21.822,0000
206	PAPEL CREPADO BRANCO 60X60 CM COM 500 UNIDADES	CAIXA	437,6800	100,0000	43.768,0000
207	PAPEL INTERF. NATURAL 20X21 PCT C 1000 FLS	PACOTE	15,0700	50,0000	753,5000
208	PINÇA CLINICA P/ALGODÃO	UNIDADE	29,3300	50,0000	1.466,5000
209	PLACA DE CARVÃO ATIVADO PRATA 10X10 CM C/10	CAIXA	102,2300	800,0000	81.784,0000
210	PLACA HIDROCOLOIDE EST.10X10CM C/5	CAIXA	30,9700	400,0000	12.388,0000
211	POVIDINE DEGERMANTE 1000ML	UNIDADE	69,7800	200,0000	13.956,0000
212	POVIDINE TOPICO 10%(PVPI) 1000ML	UNIDADE	67,3800	100,0000	6.738,0000
213	PROPÉ PCT C/100 UND	PACOTE	11,6900	100,0000	1.169,0000
214	SACO LEITOSO PARA LIXO 50 LT C/100	PACOTES	50,4300	50,0000	2.521,5000
215	SELADORA GRAU CIRURGICO COM ALAVANCA 30CM	UNIDADE	1.412,3700	10,0000	14.123,7000
216	SERINGA DESC 3ML C/AG. 25 X 7	UNIDADE	0,3600	15.000,0000	5.400,0000
217	SERINGA DESC 3ML S/AG. 25 X 7	UNIDADE	0,3300	10.000,0000	3.300,0000
218	SERINGA DESC 5ML C/AG. 25 X 7	UNIDADE	0,4000	15.000,0000	6.000,0000
219	SERINGA DESC 5ML S/AG. 25 X 7	UNIDADE	0,3600	10.000,0000	3.600,0000
220	SERINGA HIPODÉRMICAS DESCARTÁVEIS 10 ML S/ AGULHA	UNIDADE	0,3800	20.000,0000	7.600,0000
221	SERINGA HIPODÉRMICAS DESCARTÁVEIS 20 ML S/ AGULHA	UNIDADE	0,5500	20.000,0000	11.000,0000
222	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº10	UNIDADE	1,4100	200,0000	282,0000
223	SONDA DE ASPIRAÇÃO Nº12	UNIDADE	1,4900	200,0000	298,0000
224	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 5,0 C/BL	UNIDADE	4,8000	120,0000	576,0000
225	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº5,5 C/BL	UNIDADE	4,8000	50,0000	240,000 0
226	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº6 C/BL	UNIDADE	4,8000	50,0000	240,0000
227	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº6,5 C/BL	UNIDADE	4,8000	50,0000	240,0000
228	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº7,0 C/BL	UNIDADE	4,8000	50,0000	240,0000
229	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº7,5 C/BL	UNIDADE	4,8000	50,0000	240,0000
230	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº8,0 C/BL	UNIDADE	4,8400	50,0000	242,0000
231	SONDA ENDOTRAQUEAL Nº8,5 C/BL	UNIDADE	5,0500	50,0000	252,5000
232	SONDA JONTEX (COLETOR DE URINA MASCULINO PARA INCONTINÊNCIA)	UNIDADE	2,6300	200,0000	526,0000
233	SONDA PARA NUTRIÇAO ENTERAL 06 FR	UNIDADE	13,4000	100,0000	1.340,0000
234	SONDA PARA NUTRIÇAO ENTERAL 08 FR	UNIDADE	13,4000	100,0000	1.340,0000
235	SONDA PARA NUTRIÇAO ENTERAL 10 FR	UNIDADE	13,4000	100,0000	1.340,0000
236	SONDA PARA NUTRIÇAO ENTERAL 12 FR	UNIDADE	13,7400	100,0000	1.374,0000
237	SONDA RETAL Nº04 UND	UNIDADE	0,9700	120,0000	116,4000
238	SONDA RETAL Nº12 UND	UNIDADE	1,0200	120,0000	122,4000
239	SONDA RETAL Nº18 UND	UNIDADE	1,2200	120,0000	146,4000

240	SONDA TRAQUEAL Nº04	UNIDADE	1,0900	120,0000	130,8000
241	SONDA TRAQUEAL Nº08	UNIDADE	1,1600	120,0000	139,2000
242	SONDA TRAQUEAL Nº12	UNIDADE	1,1600	120,0000	139,2000
243	SONDA TRAQUEAL Nº14	UNIDADE	1,2000	120,0000	144,0000
244	SORO GLICOFISIOLÓGICO 500ML SIST. FECHADO	UNIDADE	8,1000	1.000,0000	8.100,0000
245	SORO GLICOSADO 250ML	UNIDADE	6,4600	1.000,0000	6.460,0000
246	SORO GLICOSADO 500ML	UNIDADE	8,0400	1.200,0000	9.648,0000
247	SORO RINGER LACTATO 500ML (BOLSAS)	UNIDADE	9,2500	2.000,0000	18.500,0000
248	SORO RINGER SIMPLES 500ML (BOLSAS)	UNIDADE	7,0800	2.000,0000	14.160,0000
249	SUPORTE PARA COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE CAPACIDADE 13 LITROS	UNIDADE	33,5200	20,0000	670,4000
250	SUPORTE PARA COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE CAPACIDADE 20 LITROS	UNIDADE	32,8900	20,0000	657,8000
251	SUPORTE PARA COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE CAPACIDADE 7 LITROS	UNIDADE	27,5600	20,0000	551,2000
252	SUPORTE PARA SORO MÓVEL INOX	UNIDADE	517,3000	50,0000	25.865,0000
253	TERMÔMETRO CLINICO PRISMATICO C/SELO IMETRO	UNIDADE	13,5500	100,0000	1.355,0000
254	TERMOMETRO TERMO-HIGROMETRO	UNIDADE	296,6600	20,0000	5.933,2000
255	TIRA G-TECH LITE AUTO CODE CX C/ 50 UND HOSPTAL	CAIXA	42,0600	2.000,0000	84.120,0000
256	TOUCA BRANCA PCT C/100 UND-HOSPITAL	PACOTE	9,3800	120,0000	1.125,6000
257	TUBO DE SILICONE HOSPITALAR 201 15MT 4X8MM NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	180,8500	20,0000	3.617,0000
258	TUBO DE SILICONE HOSPITALAR 202 15MT 4X8MM NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	174,8500	20,0000	3.497,0000
259	TUBO DE SILICONE HOSPITALAR 203 15MT 4X8MM NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	174,8500	20,0000	3.497,0000
260	TUBO DE SILICONE HOSPITALAR 204 15MT 4X8MM NÃO ESTÉRIL	UNIDADE	176,8300	1.000,0000	176.830,0000
261	TUBO LATEX N 200 MT	UNIDADE	45,9700	30,0000	1.379,1000
262	TUBO LATEX N 201 15MT	UNIDADE	47,0300	30,0000	1.410,9000
263	VALVULA REGULADORA PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO	UNIDADE	335,5700	50,0000	16.778,5000

1.4. objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.4.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 4.421.989,75 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos *na tabela acima.*

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

A aquisição anual de materiais, medicamentos, objeto deste Termo de Referência, justifica-se pela necessidade de assegurar o adequado funcionamento e abastecimento contínuo de todas as unidades de saúde do município. A disponibilidade desses insumos é essencial para a prestação regular e eficiente dos serviços de saúde, garantindo a continuidade dos atendimentos e a qualidade da assistência oferecida à população. A ação visa fortalecer as políticas públicas de saúde, contribuindo para a prevenção de agravos, redução de interrupções nos atendimentos e melhoria dos indicadores de saúde. A Secretaria Municipal de Saúde tem como propósito garantir um atendimento humanizado, integral e resolutivo, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a equidade e o acesso universal aos serviços essenciais.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MEDICAMENTOS

Os medicamentos deverão atender às seguintes especificações mínimas:

1. **Condições gerais:**

- Todos os medicamentos deverão estar **registrados na ANVISA**, em conformidade com a legislação vigente.
- Os produtos deverão possuir **prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses** a contar da data de entrega.
- As embalagens devem estar **íntegras, originais e lacradas**, contendo rótulo com identificação do nome genérico, número de lote, data de fabricação, validade, fabricante e registro no órgão competente.
- Não serão aceitos medicamentos **fracionados, reembalados ou com rótulos adulterados**.

2. **Condições de qualidade e armazenamento:**

- Os medicamentos deverão ser **armazenados, transportados e entregues** de acordo com as Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição de Medicamentos (RDC nº 430/2020 da ANVISA).
- O fornecedor deverá garantir que os produtos mantenham suas **condições de conservação e estabilidade** até o momento da entrega.
- O transporte deverá ser realizado em **veículos adequados e higienizados**, quando necessário com controle de temperatura.

3. **Responsabilidade do fornecedor:**

- Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer produto entregue em desacordo com as especificações.
- Apresentar **Nota Fiscal com o número do lote** e validade de cada medicamento entregue.
- Manter-se em conformidade com as normas sanitárias e fiscais vigentes.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

- Os materiais médico-hospitalares e odontológicos a serem adquiridos deverão atender rigorosamente aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos pela legislação sanitária vigente.
- Deverão ser produzidos com matérias-primas adequadas, apresentar boa durabilidade, resistência e eficácia no uso a que se destinam, sendo apropriados para utilização em ambientes de atendimento à saúde. Quando aplicável, deverão ser estéreis, atóxicos, hipoalergênicos e de uso único, garantindo a biossegurança dos profissionais e pacientes.
- Os produtos deverão possuir registro, notificação ou dispensa de registro junto à ANVISA, conforme exigência legal, além de estarem em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais regulamentações pertinentes.
- As embalagens deverão assegurar a integridade do produto, contendo obrigatoriamente identificação do fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso, quando couber.
- Os materiais entregues deverão apresentar, no mínimo, 75% do prazo de validade total vigente no momento da entrega, e serem acondicionados e transportados de forma adequada, preservando suas características físicas, químicas e biológicas.
- Deverá ser garantida a padronização e qualidade dos produtos fornecidos, bem como a reposição em caso de irregularidades, avarias ou não conformidade com as especificações estabelecidas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A solução proposta pela Secretaria Municipal de Saúde é considerada fundamental para garantir o adequado funcionamento e abastecimento contínuo de todas as unidades de saúde do município. A disponibilização regular de materiais, medicamentos e insumos odontológicos visa assegurar a continuidade dos atendimentos, contribuindo para a eficiência dos serviços prestados e para a melhoria

da qualidade da assistência à população.

Essa iniciativa possui caráter estratégico e planejado, tendo em vista a necessidade permanente de reposição e manutenção dos estoques, evitando desabastecimentos que possam comprometer os atendimentos e os procedimentos realizados nas unidades de saúde. Dessa forma, a presente ação busca fortalecer a estrutura da rede municipal de saúde, promover a eficiência na gestão dos recursos públicos e garantir a prestação de serviços de forma contínua e adequada, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. Os serviços serão entregues no prazo de até 7 dias contados da expedição da ordem de serviço.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24h de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os serviços deverão ser realizados nas Unidades Básicas de Saúde Sebastião Lozi e Albertino de Deus Passo, bem como no Centro Médico Sebastião Lozi e Posto de Saúde Deuslândia Maria Sofia.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Sra. Brenda Fernandes Jubé, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput) que fica desde já encarregado.

6.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa das condições de habilitação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 (indicar um dos incisos do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, conforme o caso concreto).*

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)/

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio da consulta das certidões.

8.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12. **Habilitação Jurídica:**

8.12.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.12.2. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.12.3. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.6. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

8.13.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

8.13.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.13.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

Ângela Stival Leal
Secretária Municipal de Saúde de Brazabrantes
Decreto n° 01/2025

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL EDITAL DEPREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

Ao Departamento de Contratação

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO
COMPLETO), através desta, vem apresentara proposta comercial relativa à licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº24/2026, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

VALOR TOTAL POR EXTENSO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL.

Validade da Proposta: de 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos paraelaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata deRegistro de Preços em anexo;

b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução do objeto.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Cidade, de de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA Nome:

.....

CPF.: .....

Cargo: .....

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ao Departamento de Contratação

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026, e sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em seu edital, conforme previsto no artigo 63º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade, de de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA Nome:

.....

CPF. .....

Cargo: .....

ANEXO V

DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
(Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

(RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara sob as penas da Lei, e para os fins previstos no artigo 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos. A empresa está ciente de que o descumprimento do disposto acima, durante a vigência do contrato, acarretará a sua rescisão.

Cidade, de de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA Nome:
.....
CPF: .....
Cargo: .....

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

À Comissão Permanente de Licitação

Prezados Senhores,

A empresa , CNPJ n.º , declara, sob as penas da Lei, o que segue:

1) Que não existem fatos supervenientes impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico Nº 24/2026;

2) não se encontra, a qualquer título, suspensa no seu direito de participar de licitações ou de contratarcom o Poder Público, em quaisquer das esferas da Federação;

3) não se encontra, a qualquer título, sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público, em quaisquer das esferas da Federação;

4) não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Edital da presente licitação, sujeita a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir sua regular habilitação na presente licitação, ou a eventual contratação que do procedimento possa recorrer.

5) Que se compromete a informar, a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do presente procedimento licitatório ou da execução do contrato.

Cidade,de de 2026.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA Nome:

.....

CPF: .....

Cargo: .....

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(Nome do Contador), inscrito no Conselho Regional de Contabilidade sob nº XX declara para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2026 da Prefeitura Municipal de Brazabrantes que a empresa (Nome da empresa xxxxxxxxxxxxxxxx) CNPJ/MF nº. xxxxxxxxxxxx, sediada (Endereço Completo xxxxxxxxxxxx), se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(local e data)

(nome e nº. CRC do Declarante)FIRMA RECONHECIDA